

A LINGUAGEM COMO PALCO DE DINÂMICAS IDENTITÁRIAS: CONSTRUÇÃO SOCIAL E DISCURSIVA DAS REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADE

BAKER, Paul; BROOKES, Gavin. **Masculinities and language**. Abingdon (Reino Unido):
Routledge, 2025. 230 p. ISBN: 978-1-032-39382-7.

DOI: 10.18616/lendu.v9i2.10260

Fábio Luiz Nunes¹
fabio.nunes.fln@cefetmg.br

O gênero, entendido enquanto ficção regulatória que se materializa sobre os corpos, impõe-se mediante a repetição de atos estilizados e discursos normativos, segundo afirma a filósofa estadunidense Judith Butler (1990). Essa reiterada encenação não ocorre no vácuo; ela se entrelaça a marcadores de poder como raça e classe, exigindo, na esteira de Kimberlé Crenshaw (1989), uma leitura interseccional capaz de apreender os matizes da experiência social. Nesse cenário teórico, a obra *Masculinities and language* (editora Routledge, 2025), de Paul Baker e Gavin Brookes, posiciona-se no campo da linguística aplicada para investigar os mecanismos pelos quais a linguagem forja, sustenta e, por vezes, subverte as identidades masculinas. O leitor verá que livro se distancia de visões essencialistas, preferindo observar como o falar “masculino” se constrói na prática social, seja pela indexação de postura e vocabulário, seja pelo silenciamento de traços tidos como femininos.

A estrutura da obra, dividida em oito capítulos, obedece a uma lógica de pares dialéticos que conduzem o leitor da materialidade da fala à abstração ideológica. De início, os autores escrutinam a “realidade” do uso linguístico masculino, valendo-se de dados massivos do Spoken British National Corpus para identificar padrões como o uso de quantificadores e vernáculos não padrão, em contraste com as representações ficcionais e midiáticas que circulam culturalmente. Na sequência, o texto analisa as engrenagens de poder, contrapondo a masculinidade hegemônica às masculinidades subordinadas e marginalizadas, o que inclui, naturalmente, as experiências *queer* e racializadas. O trabalho encerra-se no debate urgente sobre a crise do homem contemporâneo, polarizado entre a toxicidade de comunidades on-line

¹ Mestre e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Profissional técnico-administrativo em educação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>.

como a chamada “machosfera” e os movimentos emergentes em prol de uma masculinidade dita saudável.

Paul Baker e Gavin Brookes, ambos vinculados à Lancaster University, trazem a este estudo a precisão metodológica da linguística de *corpus* associada à análise crítica do discurso. Baker, professor titular com vasta bibliografia sobre linguagem e gênero, e Brookes, leitor e bolsista do UK Research and Innovation, mobilizam estatísticas e análises qualitativas para demonstrar que a linguagem descreve o mundo dos homens, mas sobretudo o institui de forma ativa. A inexistência de tradução para a língua portuguesa faz desse lançamento um referencial obrigatório para pesquisadores brasileiros, pois o livro atualiza as discussões de décadas passadas, incorporando fenômenos recentes como o ativismo digital e as novas configurações de gênero no século XXI.

Na introdução do livro, Baker e Brookes (2025) apresentam ao leitor o terreno teórico sobre o qual desenvolverão a obra ao problematizar as definições de *sexo* e de *gênero*, rejeitando modelos de diferença binária em favor da *performatividade*. Essa orientação teórica faz ponte com os trabalhos de Hall, Borba e Hiramoto (2021), que compreendem a *indexicalidade*² como um mecanismo central na produção de identidades. Os autores resenhados introduzem a interseccionalidade como ferramenta para compreender as masculinidades plurais, o que encontra respaldo nas reflexões de estudiosos como McElhinny (2014) sobre a articulação entre gênero e economia política.

Por sua vez, o capítulo dois, “Performances of masculinity”, investiga o uso da língua por homens em contextos reais, por meio da linguística de *corpus*. A análise aponta o emprego de formas não padrão e a quantificação como índices de masculinidade. É relevante destacar que essa discussão sobre a construção identitária mediante o discurso aproxima-se das observações de Benwell (2014) acerca da rejeição de categorias essencialistas e da atenção às práticas situadas. Nesse segundo capítulo, Baker e Brookes (2025) ainda demonstram como escolhas lexicais, que incluem termos de conflito, operam na manutenção de normas de gênero.

“Representations of men and masculinities”, o terceiro capítulo, dirige o foco para a construção discursiva dos homens na mídia e publicidade. Os autores discutem como textos multimodais propagam ideais normativos. Nesse contexto, o estudo empreendido por Baker e Brookes (2025) sobre revistas e cartões denuncia a reiteração de estereótipos que sustentam o

² A indexicalidade trata-se da propriedade dos signos de apontar para aspectos do contexto comunicativo. Na antropologia linguística, o termo explica como formas linguístico-discursivas (a exemplo da entonação ou do léxico) não carregam significados de gênero fixos, mas evocam posturas, atos ou estilos que, por associação ideológica e cultural, sinalizam identidades sociais específicas.

que Connell e Messerschmidt (2005) definem como *masculinidade hegemônica*, garantindo a legitimidade da dominação patriarcal. Baker e Brookes (2025) observam que as representações midiáticas tendem a reforçar hierarquias tradicionais, mesmo quando aparentam subvertê-las. A discussão sobre a mercantilização da identidade masculina mostra ao leitor que o capital manipula discursos de gênero, ponto que retoma a crítica de McElhinny (2014) sobre as instituições. Baker e Brookes (2025), a respeito da linguagem em campanhas publicitárias, afirmam que a ironia pode mascarar o machismo, um tema também tratado por Benwell (2014) ao discutir o “novo sexismo”. Hall, Borba e Hiramoto (2021) lembram que esses processos indexicais não são neutros, mas saturados de ideologia.

Intitulado “Hegemonic masculinity”, o quarto capítulo de Baker e Brookes (2025) examina a interdependência entre linguagem e poder institucional masculino. Os autores demonstram que a hegemonia se inscreve em ideologias e estruturas sociais, exemplificando com o uso do gênero gramatical masculino genérico e de representações ficcionais que naturalizam a autoridade viril. Com isso, corrobora-se a tese de que a hegemonia de gênero funciona mediante a cumplicidade (Connell, 2020), embora Baker e Brookes (2025) esmiúcem mecanismos linguísticos específicos, como o silêncio estratégico e o *banter* excludente.³ Caminhando em direção à ideia de instabilidade do conceito (Connell; Messerschmidt, 2005), os autores sugerem nesse capítulo que a hegemonia de gênero não é estática, mas suscetível a reconfigurações históricas.

Avançando para o quinto capítulo, “Subordinated and marginalised masculinities”, os autores passam a enfatizar identidades divergentes da norma. Baker e Brookes (2025) avaliam discursos envolvendo homens *gays*, transgênero e racializados, observando como a linguagem funciona tanto para oprimir quanto para resistir. O estudo crítico dos autores sobre a “homossexualidade hegemônica” e a apropriação de estilos heteronormativos por homens *gays* encontra paralelo nas discussões de Messerschmidt e Messner (2018) sobre o que estes denominam de *masculinidades híbridas*. Da mesma maneira, a aplicação da teoria *queer* para desconstruir categorias binárias aproxima-se das proposições de Milani (2014) a respeito da necessidade de desestabilização da normalidade heterossexual. Baker e Brookes (2025) sustentam que grupos marginalizados fazem uso de recursos linguísticos criativos, como o

³ Prática discursiva caracterizada por trocas jocosas, provocações ou zombarias que, no lugar de estimular a coesão social, promovem a divergência e a exclusão. Baker e Brookes (2025) observam que, no universo da masculinidade hegemônica, esse recurso linguístico é frequentemente instrumentalizado para estabelecer hierarquias e afirmar dominância, podendo evoluir para formas de *bullying* relacional ao ridicularizar ou subordinar indivíduos que não se adequam às normas de gênero esperadas.

polari,⁴ para negociar posições de poder relativo e combater estigmas, como o direcionado aos *sissy boys* chineses.

“Toxic masculinity” é o capítulo seguinte da obra. Nele, os autores tratam de comportamentos discursivos nocivos, abrangendo a misoginia, a LGBTfobia e o extremismo. Discutem-se, nessa seção, a evolução do termo *masculinidade tóxica* e sua aplicação em contextos digitais, como a “machosfera”. A conexão estabelecida entre a retórica tóxica e a manutenção de hierarquias de gênero reforça os argumentos de Connell (2020), para quem o uso da violência verbal e de insultos objetiva sustentar a dominação. A análise de discursos masculinistas da subcultura digital dos *involuntary celibates (incels)* e de figuras políticas populistas mostra ao leitor da obra o que já se pode depreender dela desde o presente: que a linguagem pode mobilizar ressentimentos para reafirmar uma virilidade percebida como ameaçada por dinâmicas da contemporaneidade. Baker e Brookes (2025) estendem suas discussões aos impactos ambientais, pelo que associam o consumo excessivo de carne a uma *performance* de masculinidade predatória. Mesmo que o conceito de *toxicidade* receba críticas por uma certa imprecisão técnica, os autores o utilizam para qualificar práticas que perpetuam desigualdades sistêmicas, em consonância com a necessidade de distinguir formas de masculinidade que legitimam a desigualdade daquelas que não o fazem (Messerschmidt; Messner, 2018).

Já no sétimo capítulo, chamado “Healthy masculinity”, Baker e Brookes (2025) investigam discursos que propõem alternativas à virilidade tóxica, analisando arquétipos como o do *new man* e o *soft jock*.⁵ Os autores problematizam a indefinição conceitual de “masculinidade saudável”, indagando se tal reconfiguração promove rupturas reais ou apenas apropriações estéticas. Aproxima-se dessa ideia a teorização, já citada, de *masculinidades híbridas* (Messerschmidt; Messner, 2018), pelo que se sugere que a incorporação de traços codificados como femininos pode funcionar como estratégia de manutenção da hegemonia de gênero. Baker e Brookes (2025) avaliam práticas discursivas específicas, como a atuação de

⁴ O *polari* foi uma variedade linguística adotada por homens *gays* no Reino Unido durante o século XX, originada do linguajar de artistas itinerantes. O *polari* funcionava como um código de sigilo e resistência, permitindo que esses sujeitos discutissem abertamente aspectos censurados de suas vidas em espaços públicos durante o período em que a homossexualidade era criminalizada, utilizando-se frequentemente de humor *camp* e relexicalizações. Nesse aspecto funcional, há semelhanças com o *pajubá*, variedade adotada por populações transgênero e *gays* no Brasil.

⁵ Surgido na década de 1980, o *new man* designa um arquétipo masculino caracterizado por sensibilidade emocional, igualitarismo e narcisismo estético, funcionando primordialmente como uma estratégia de *marketing* direcionada ao consumo de estilo de vida. Por sua vez, o *soft jock*, termo cunhado no século XXI, descreve atletas que adotam sensibilidades codificadas como não hegemônicas, capitalizando sobre sua robustez atlética preestabelecida para acumular capital social ao divergir do arquétipo masculino tradicional sem sofrer sanções de gênero.

enfermeiros (os “*murses*”) que reafirmam a virilidade por meio da autoidentificação de “competência técnica” e “força física”, e a retórica do estoicismo. Além disso, é preciso notar que as observações críticas dos autores sobre discursos de “aliados” e a reescrita de narrativas infantis em torno de um suposto questionamento do sexismo literário vão ao encontro da percepção de Lazar (2014) sobre a cooptação neoliberal de pautas feministas, na qual a transformação social cede lugar ao gerenciamento da imagem individual e à performatividade superficial, mantendo estruturas patriarcais intactas sob uma fachada progressista de ativismo analítico feminista e reflexividade crítica institucional.

No oitavo e último capítulo, Baker e Brookes (2025) concluem os achados sobre a interdependência entre linguagem e poder, em que se questiona a suficiência de alterações linguísticas isoladas para a equidade de gênero. A discussão sobre a persistência de ideologias essencialistas e binárias, mesmo diante de mudanças vocabulares ou campanhas de conscientização como o combate ao *mansplaining*,⁶ tem, para este resenhista, respaldo na afirmação de Cameron (2014) sobre a resiliência do biologicismo e das representações de diferença naturalizada de gênero.

Ressalta-se que Baker e Brookes (2025) reconhecem a limitação geográfica de seus dados, predominantemente anglófonos, e, diante disso, instam por investigações que contemplem contextos globais variados. Essa autocrítica converge com a necessidade de descolonizar a sociologia de gênero, inserindo prismas do sul global para evitar universalismos eurocêntricos e compreender a formação de sujeitos na economia neoliberal pós-colonial, em que o trabalho e o poder colonial configuram identidades de gênero (ver Ray, 2018). Os autores resenhados finalizam seu trabalho tecendo observações sobre ambientes digitais e a inteligência artificial generativa, alertando para a reprodução algorítmica de vieses androcêntricos e a polarização *on-line*. Eles argumentam que a tecnologia, à medida que treina modelos a partir de dados enviesados, pode consolidar desigualdades, demandando vigilância contínua sobre como ferramentas digitais condicionam a percepção pública de gênero e limitam a emergência de discursos emancipatórios reais em uma conjuntura de retrocesso político global.

Masculinities and language, como o leitor pode perceber, tem potencial para representar um marco na sistematização dos estudos sobre linguagem e gênero. Seu trunfo repousa em uma organização coesa dos capítulos, que buscam compilar de dados robustos, nomeadamente por meio da linguística de *corpus*, que desmistificam generalizações sobre a

⁶ Esse neologismo, derivado da aglutinação dos termos em inglês *man* e *explain*, refere-se à prática discursiva na qual um homem explica algo a uma mulher de maneira condescendente, frequentemente em contextos nos quais a interlocutora possui maior expertise sobre o tema do que o próprio explicador.

fala masculina. É certo que a análise, por vezes, carece de uma ancoragem histórica mais profunda sobre a gênese das estruturas que ela descreve. Quando tratam das representações psicossociais do homem e das masculinidades, Baker e Brookes (2025) poderiam beneficiar-se de estudos como o de Coady (2018), que elucida como os processos de iconização e de recursividade fractal sedimentaram o binarismo e a marcação do gênero masculino na própria gramática, algo que Baker e Brookes (2025) tratam mais como dado do que como processo histórico contínuo.

Além disso, apesar de os autores incorporarem discussões sobre masculinidades globais, a crítica de Morrell e Swart (2005) sobre a insuficiência das teorias coloniais para explicar as masculinidades no sul global expõe uma lacuna. Como dito, a obra tende a centrar-se em dados anglófonos ocidentais, potencialmente marginalizando os sistemas de conhecimento não brancos que Morrell e Swart (2005) identificam como relevantes. De modo similar, a reformulação da hegemonia de gênero proposta por Connell e Messerschmidt (2005), que exige um reconhecimento explícito da geografia das masculinidades e da agência feminina na construção da hierarquia de gênero, poderia ter sido mais explorada para evitar uma leitura unidimensional do poder. Por fim, a aplicação da teoria *queer*, discutida em Milani (2014), que desafia a própria estabilidade das categorias de identidade e a distinção normalidade-desvio, sugere que Baker e Brookes (2025) poderiam ter avançado mais na desestabilização radical das categorias de gênero, em vez de apenas descrever suas variações “saudáveis” ou “tóxicas”.

REFERÊNCIAS

BAKER, P.; BROOKES, G. **Masculinities and language**. Abingdon (Reino Unido): Routledge, 2025.

BENWELL, B. Language and masculinity. *In*: EHRLICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (ed.). **The handbook of language, gender, and sexuality**. 2. ed. Chichester (Reino Unido): John Wiley & Sons, 2014. p. 240-259.

BUTLER, J. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York (Estados Unidos da América): Routledge, 1990.

CAMERON, D. Gender and language ideologies. *In*: EHRLICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (ed.). **The handbook of language, gender, and sexuality**. 2. ed. Chichester (Reino Unido): John Wiley & Sons, 2014. p. 281-296.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2. ed. London (Reino Unido); New York (Estados Unidos da América): Routledge, 2020.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**, [s. l.], v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago (Estados Unidos da América), v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

HALL, K.; BORBA, R.; HIRAMOTO, M. Language and gender. *In*: STANLAW, J. (ed.). **The international encyclopedia of linguistic anthropology**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2021. p. 1-22.

LAZAR, M. M. Feminist critical discourse analysis: relevance for current gender and language research. *In*: EHRLICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (ed.). **The handbook of language, gender, and sexuality**. 2. ed. Chichester (Reino Unido): John Wiley & Sons, 2014. p. 180-200.

MCELHINNY, B. Theorizing gender in sociolinguistics and linguistic anthropology: toward effective interventions in gender inequity. *In*: EHRLICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (ed.). **The handbook of language, gender, and sexuality**. 2. ed. Chichester (Reino Unido): John Wiley & Sons, 2014. p. 48-68.

MESSERSCHMIDT, J. W.; MESSNER, M. A. Hegemonic, nonhegemonic, and “new” masculinities. *In*: MESSERSCHMIDT, J. W. *et al.* (ed.). **Gender reckonings: new social theory and research**. New York (Estados Unidos da América): New York University Press, 2018. p. 35-56.

MILANI, T. M. Queering masculinities. *In*: EHRLICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (ed.). **The handbook of language, gender, and sexuality**. 2. ed. Chichester (Reino Unido): John Wiley & Sons, 2014. p. 260-278.

RAY, R. Postcoloniality and the sociology of gender. *In*: MESSERSCHMIDT, J. W. *et al.* (ed.). **Gender reckonings: new social theory and research**. New York (Estados Unidos da América): New York University Press, 2018. p. 73-89.